

Adriana Freire Pereira Férriz
Eliana Bolorino Canteiro Martins
Ney Luiz Teixeira de Almeida
Organizadores



A permanência Estudantil na Educação em Tempos Neoliberais e as Estratégias de Resistências

GEPESSE

Grupo de Estudos e Pesquisas sobre
Serviço Social na área da Educação

10 anos



Esta publicação recebeu financeiro da Coordenação
de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - Brasil.



Processo n. 2019/20835-6, Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste
material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente
refletem a visão da FAPESP.

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinsky Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira Menezes
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

www.editoracriacao.com.br





**Adriana Freire Pereira Férriz
Eliana Bolorino Canteiro Martins
Ney Luiz Teixeira de Almeida
ORGANIZADORES**



**A permanência
Estudantil na Educação em
Tempos Neoliberais e as
Estratégias de Resistências**



**Criação Editora
ARACAJU | 2021**

Copyright 2021 by organizadores

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, com finalidade de comercialização ou aproveitamento de lucros ou vantagens, com observância da Lei de regência. Poderá ser reproduzido texto, entre aspas, desde que haja expressa marcação do nome dos organizadores, título da obra, editora, edição e paginação. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.619/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código penal.

Projeto Gráfico: Adilma Menezes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

| | |
|-------|---|
| M386p | Martins, Eliana Bolorino Canteiro (org.). A permanência estudantil na educação em tempos neoliberais e as estratégias de resistências / Organizadores: Eliana Bolorino Canteiro Martins; Adriana Freire Pereira Ferriz; Ney Luiz Teixeira de Almeida. -- 1. ed.-- Aracaju, SE : Criação Editora, 2021. 562 p., 21 cm. E-Book: 3 Mb; PDF Inclui bibliografia. ISBN 978-65-88593-42-4 1. Educação. 2. Política de educação. 3. Trabalho Profissional. I. Título. II. Assunto. III. Martins, Eliana Bolorino Canteiro (org). CDD 370:360 CDU 364.43:37.013 |
|-------|---|

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Serviço social / Assistência social; Didática - Métodos de ensino instrução e estudo- Pedagogia.
2. Serviço social; Pedagogia prática.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de Almeida (org.). *A permanência estudantil na educação em tempos neoliberais e as estratégias de resistências*. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. E-Book (PDF; 3 Mb). ISBN 978-65-88593-42-4

SUMÁRIO

| | | |
|--|---|----|
| | PREFÁCIO | 11 |
| | APRESENTAÇÃO | 15 |
| | PARTE I - PALESTRAS MINISTRADAS NO II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO | |
| | A EDUCAÇÃO NO BRASIL EM TEMPOS DE OFENSIVA DA DIREITA Kátia Regina de Souza Lima | 21 |
| | Conhecendo a inserção de assistentes sociais na educação básica nos estados da Bahia, Paraíba, Rio de Janeiro e São Paulo: a singular trajetória do GEPESSE Adriana Freire Pereira Férriz Eliana Bolorino Canteiro Martins Ney Luiz Teixeira de Almeida | 42 |
| | DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: racionalidade neoliberal e privado-mercantilização Valdemar Sguissardi | 63 |
| | RESISTENCIA A LA EDUCACION DEL MODELO LIBERAL Alicia Araya Ruiz | 92 |

TRABAJO SOCIAL Y EDUCACIÓN SUPERIOR. Apuntes sobre las recientes reformas neoliberales en Argentina **110**
Barbara García Godoy
Silvina Cuella

OS IMPACTOS DO IDEÁRIO NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO ANGOLANO **124**
Daniel Luciano Muondo
Jeremias Adão Lourenço
Aires Muecália Julião Caneca
Bernardino Manuel de Almeida Cuteta
Orlando Clementino Manunga Chaximbe

EDUCAÇÃO básica NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: reflexões sobre o instituído e o instituinte **133**
Pedro Ganzeli

PARTE II - TRABALHOS APRESENTADOS NO II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

A EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL DA UERJ NUM PROJETO DE EXTENSÃO, ASSESSORIA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO: incidências numa escola municipal na perspectiva da gestão democrática **151**
Jurema Alves Pereira

EDUCAÇÃO BÁSICA EM PAUTA: ANALISANDO O IMPACTO DO FUNDEB NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E NA DIMINUIÇÃO DAS DESIGUALDADES INTER-REGIONAIS **166**
Amanda Vanessa Leite Sousa

GESTÃO ESCOLAR E SERVIÇO SOCIAL: a interdisciplinaridade em prol da gestão democrática da educação **179**
Carolina Rodrigues Finette
Yukari Yamauchi Moraes

O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO PRIVADA E CONFSSIONAL NO ESTADO DA BAHIA **190**
Yasmin de Oliveira Matos Azevedo
Bruna Pereira dos Santos Menezes
Adriana Freire Pereira Férriz
Bruna Pinto Andrade
Amanda Vanessa Leite Sousa

- DO ESCRAVO LIBERTO AO DISCENTE COTISTA: a luta pela garantia de permanência estudantil para população negra após a implementação da Lei de Cotas e o compromisso com a dívida histórica
Camila Novaes da Silva **204**
- A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
Cassia Engres Mocelin **213**
- A FORMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL: uma análise socio-histórica e política do processo do ensino superior
Fabricia Cristina de Castro Maciel
Eliana Bolorino Canteiro Martins
Maria Irene Carvalho **228**
- A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO: o avanço neoliberal no Brasil como ameaça às políticas de permanência universitárias
Millena Rivânia Brilhante Campêlo **241**
- A IMPORTÂNCIA DO USO DA INTERSECCIONALIDADE GÊNERO, RAÇA E CLASSE PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS
Pollyana Gonçalves dos Inocentes
Brenda Vanessa Pereira Soares **256**
- A INSERÇÃO DE MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR: formas de resistência do ingresso à permanência
Erika Leite Ramos de Luzia
Daiana Cristina do Nascimento
Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni **272**
- AS RELAÇÕES DE TRABALHO E O PROCESSO FORMATIVO TEÓRICO-PRÁTICO DO ALUNO TRABALHADOR NA CONTEMPORANEIDADE
Marinete Dias Trabach **282**
- BREVE ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O SISTEMA DE COTAS NO BRASIL
Adriana de Souza Lima Queiroz
Rayane das Graças Silva Fagundes
Amabile Maria de Moura Passos
Leonardo do Carmo Lemos **297**

- EDUCAÇÃO CRÍTICA, POSSIBILIDADE NA ERA DO CAPITAL E O PROJETO
ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL **307**
Maicow Lucas Santos Walkers
Eliana Bolorino Canteiro Martins
- NOS ENCONTROS DA VIDA A CONSTRUÇÃO DE UMA REFLEXÃO
COLETIVA: primeiros resultados dos estudos do NUMAR E NEEAE **321**
Simone Eliza do Carmo Lessa
Thamires Pereira dos Santos
Ana Claudia da Silva de Araujo
Brena da Silva Ferreira
Gabriela Carolina Mendes Morello
- O ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL E O PRECONCEITO CONTRA A
DIVERSIDADE SEXUAL **332**
Marco Gimenes dos Santos
- O GOLPE, A VIRADA À DIREITA, O REACIONARISMO E A REGRESSÃO
DE DIREITOS: impactos na incompleta, frágil e perseguida política
educacional brasileira **344**
Simone Eliza do Carmo Lessa
Thamires Pereira dos Santos
Mariana de Oliveira Barros
Suelem Dantas da Silva
- O TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:
principais resultados do levantamento da produção de conhecimento
nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social públicos da região
Sudeste do Brasil **356**
Mireille Alves Souza
Eliana Bolorino Canteiro Martins
- UM ESTUDO DO NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS AO LONGO DOS
ÚLTIMOS QUATRO ANOS NO AUXÍLIO MORADIA DA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DA UFCA NO CONTEXTO DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO
DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS **370**
Juliana Moreira Dias
Vivian Faustino Martins
Joseane Gomes Sales
Kaliany de Lacerda Tavares

- ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: contando uma história em movimento **382**
Ana Kelly Arantes
Helena Mara Dias Pedro
Natália Aparecida Dornelas Miranda
- ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SEU PAPEL NA PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO IFPI/ CAMPUS FLORIANO: a perspectiva estudantil **395**
Jakelinne Lopes de Sousa Miranda
Patrícia Teles de Alencar Sousa
Sonia Cristina Ferreira Maia
Maria Valdicelsia Soares Leal
Kênia Cosme da Silva Cardozo
- ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: incertezas no horizonte **409**
Talita Prada
- RESIDÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A Experiência do IF Baiano Campus Santa Inês **425**
425
Nívia Barreto dos Anjos
- JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO: uma análise a partir das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais **439**
Maysa Andrade Lemos Silveira
Liliane Cristina de Oliveira Hespanhol
Julia da Silva Oliveira Gonçalves
Eliana Bolorino Canteiro Martins
- A DIMENSÃO POLÍTICO PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO, NA RELAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA NUMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, ASSESSORIA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO **453**
Jurema Alves Pereira
- AValiação da Aprendizagem em Processo (AAP) como Ferramenta Estratégica na Educação Básica **468**
Renato Euclides Martinelli
- DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DA/O ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: inserção histórica em processos de organização da cultura **481**
Iris de Lima Souza

REQUISIÇÕES INSTITUCIONAIS E AUTONOMIA PROFISSIONAL EM
DEBATE: versando sobre desvios e acúmulo de função no exercício de
assistentes sociais na assistência estudantil **490**

Jéssica Oliveira Monteiro

Jonatas Lima Valle

Leticia Amed

SOCIALIZANDO DIREITOS E ESTIMULANDO O SENSO CRÍTICO:
desafios na experiência do Projeto de Extensão Disseminando Direitos
e Serviços Sociais **503**

Mariana de Araujo Lopes

Aline Pamela de Lima Santiago

Jonatas Lima Valle

Fernanda Ventura Pereira de Oliveira

EDUCAÇÃO E GESTÃO NO SERVIÇO SOCIAL: DIMENSÕES PRESENTES NO
COTIDIANO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL **515**

Geise de Oliveira Benevides

Maria José de Oliveira Lima

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A EFETIVAÇÃO DE PRÁTICAS
DEMOCRÁTICAS DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES E COMUNIDADE **531**


Williana Angelo

Mayara Gomes Cadette

Aline Paes Araujo

Michelli Aparecida Daros

SOBRE OS AUTORES **545**




CONHECENDO A INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS ESTADOS DA BAHIA, PARAÍBA, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO: A SINGULAR TRAJETÓRIA DO GEPESSÉ.*

*Adriana Freire Pereira Férriz
Eliana Bolorino Canteiro Martins
Ney Luiz Teixeira de Almeida*

INTRODUÇÃO

Estamos vivendo um momento extremamente difícil no mundo e, particularmente, em nosso país. A feição mais conhecida e evidente desse processo, obviamente, se expressa através da pandemia da Covid-19. Contudo, ela acentua um amplo e cada vez mais profundo processo de desigualdades sociais. Ainda que as marcas da desigualdade sejam históricas e estruturantes em nossa sociedade, elas vêm se aprofundando ao longo dos últimos anos, com uma nítida acentuação a partir do golpe de 2016. Isso se deve ao fato de que, naquele momento, as elites dirigentes, marcadamente aquelas vinculadas aos interesses do capital portador de juros, no afã de não terem suas margens de lucros comprometidas pela crise do capital ini-

* Este artigo foi elaborado a partir da apresentação dos autores no dia 04 de novembro de 2020 no II Seminário Internacional e VI Fórum do Serviço Social na Educação, realizados, pela primeira vez, de forma virtual (on line).



ciada em 2008, mas cujos efeitos mais drásticos começaram a aparecer na economia brasileira em 2012, rompem com o pacto interclassista que deu sustentação aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) desde 2003.

Vivemos, desde então, uma conjuntura na qual identificamos uma série de regressões no campo dos direitos sociais, um aumento significativo do desemprego, o sucateamento das políticas sociais que, mesmo nunca tendo alcançado uma amplitude universal, representavam conquistas importantes dos movimentos sociais ao longo das últimas quatro décadas. Deste modo, saudar a todos aqueles que tiveram diretamente envolvidos com a organização deste seminário, assim como aqueles que se dispuseram a participar em um contexto tão adverso é reconhecer que as batalhas continuam, em que pese as duras perdas que tivemos na luta em favor da vida, da ciência, dos serviços públicos, em especial o Sistema Único de Saúde, assim como da universidade, tão ameaçados atualmente. Mas, as lutas sociais nos ensinam que a história não é uma sequência de processos aleatórios, mas uma dinâmica contraditória e movida pela ação das classes. Então sigamos na luta, pois a história que estamos construindo também será lembrada a partir dos esforços daqueles que resistem e imprimem um sentido humanizador em tempos de barbárie.

As lutas pela educação no Brasil ainda são as lutas pelo acesso para todos, pela maior permanência possível na educação escolarizada, pela incorporação dos valores que contribuam para o processo de emancipação política e, no horizonte último, da emancipação humana da classe trabalhadora. A trajetória do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE) constitui parte dessas lutas, seja a travada no campo acadêmico, fortalecendo a defesa da universidade pública como espaço de formação humana, profissional e científica, seja na articulação com os trabalhadores da área de educação.

O objetivo desta apresentação é o de resgatar como o GEPESSE se constituiu como um grupo de pesquisa que integra ações em três universidades: a Universidade Estadual Paulista (UNESP) Campus de Franca/SP, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), articulando pesquisadores, extensionistas, alunos de graduação e pós-graduação, profissionais da área de educação e assistentes sociais que atuam em todos os níveis e modalidades da política educacional.



Mas não se trata de uma exposição que esteja voltada para reconstituir o percurso institucional do grupo, mas que sinalize como que ao longo de sua história se teceu um processo de conhecimento do trabalho de assistentes sociais que hoje atuam nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Paraíba de forma partilhada.

Para abordar o que denominamos de “singular trajetória” do GEPESSE em relação ao conhecimento da inserção de assistentes sociais na educação básica, ou seja, para socializar um pouco das experiências realizadas nos referidos estados, optamos por resgatar como que cada grupo, no âmbito das três universidades, se constituiu e se articulou para forjar uma estratégia comum de aproximação dos/as assistentes sociais que atuam na educação básica. Como também a dinâmica que conseguimos produzir para que o processo de conhecimento do trabalho realizado pelas profissionais de Serviço Social pudesse ser conhecido como parte de um esforço coletivo, transformando-se numa experiência a ser socializada.

ENTRADAS E BANDEIRAS.

O GEPESSE surge institucionalmente na UNESP, no campus de Franca/SP, em 2010, a partir de um empreendimento que integra uma cultura institucional de criação de grupos de pesquisa, nesse caso com ênfase no Serviço Social na educação. Este investimento não necessariamente foi pioneiro no Brasil, visto que já existiam grupos que tomavam à educação, a cultura, a política de educação, a educação popular como objetos de interesse, contudo, nenhum se aproximava da particularidade do trabalho do/a assistente social na educação. O GEPESSE surgiu a partir desse interesse, com o intuito de produzir conhecimento e dar visibilidade às largas experiências que já vinham sendo realizadas, no Estado de São Paulo e em outros locais. Reconhecíamos naquele momento a existência de equipe profissionais espalhadas pelo Brasil afora atuando com muita dificuldade na área da educação, mas sem articulação e proximidade com um grupo de pesquisa, com os investimentos de produção do conhecimento de modo mais sistemático.

A aproximação com a UERJ ocorreu por conta de um curso de extensão realizado em Belo Horizonte pela equipe de assistentes sociais do Instituto



Federal de Minas Gerais (IFMG). Durante o curso a Professora Eliana Bolorino Canteiro Martins convidou o Professor Ney Luiz Teixeira de Almeida para integrar o grupo e iniciaram uma parceria que combinaria experiências distintas no acompanhamento do trabalho de assistentes sociais na área de educação. Vale destacar que o GEPESSE foi implantado em março de 2010 e em novembro do mesmo ano foi realizado o primeiro encontro do grupo, que contou com a presença da Professora Maria Lúcia Martinelli da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Uma participação fundamental no apoio ao reconhecimento do grupo como para a sua ampliação para além do campo da pesquisa. Iniciava-se, deste modo a ideia de socializar as experiências profissionais, assim como o de promover debates acerca da política de educação, contribuindo para o adensamento teórico dos assistentes sociais acerca dessa política e de sua inserção em cada nível e modalidade.

A realização dos Fóruns de Serviço Social na Educação se consolidou como a primeira marca do GEPESSE do ponto de vista da estratégia de aglutinação de experiências e desenvolvimento de debates sobre o trabalho profissional na política educacional. Inicialmente restrito ao Estado de São Paulo, hoje se expande para o Rio de Janeiro, Bahia e para a Paraíba, nesses dois últimos casos em decorrência do ingresso da Professora Adriana Freire Pereira Férriz da UFBA.

A base de desenvolvimento dos estudos e investigações sobre o trabalho de assistentes sociais na política de educação no Estado de São Paulo foi a elaboração da tese de doutorado da Professora Eliana Bolorino intitulada “Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania”, defendida no Programa de Pós-Graduação da PUC-SP em 2007. Essa primeira produção sobre a realidade da política de educação daquele estado vem servindo de referência para uma constante atualização e aprofundamento da realidade regional. Entre 2018 e 2019, a partir da realização de uma pesquisa de pós-doutorado em Serviço Social, realizada no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da UERJ, a Professora Eliana realizou um mapeamento no Estado de São Paulo dos/as assistentes sociais que atuavam na área da educação básica.

São Paulo é um estado que tem 645 municípios. Durante a condução da pesquisa verificou-se que ter acesso a todos esses municípios não era



uma tarefa fácil, mas o contato foi realizado de várias formas: por e-mail, telefone, através de contatos e por proximidade, para conseguir chegar nos assistentes sociais que atuam na área da educação. Foi uma atualização da pesquisa anterior, contudo realizada de uma forma diferente, porque a proposta era a de aproximação com apenas alguns dos municípios, visto que o tempo de duração do pós-doutorado não era suficiente para a realização de uma aproximação com todos.

Então, qual é a realidade do Estado de São Paulo na educação básica? Porque não se tem assistentes sociais na educação básica estadual, apenas na municipal? O processo de municipalização da educação básica certamente impactou e influenciou nessa situação, assim como a própria efetivação da educação infantil como um direito, na medida em que colocou requisições para a atuação do/a assistente social, particularmente na esfera municipal. Dentre os 645 municípios paulistas, identificou-se a presença de assistentes sociais em apenas 23 municípios, perfazendo um total de 81 assistentes sociais. Este dado demonstra a desproporcionalidade do número de assistentes sociais diante do tamanho da rede de ensino, do número de professores, do número de famílias, de alunos, com os quais esses profissionais atuam.

A principal área de atuação é na educação infantil, especialmente nas creches, seguida do ensino fundamental. Em relação à implantação do Serviço Social no Estado de São Paulo, Franca foi o primeiro município a reconhecer essa presença no ano de 1978. Os demais municípios com os quais se estabeleceu uma aproximação maior foram: 1) Presidente Prudente, cujo Serviço Social surgiu em 1991 e conta com 5 assistentes sociais; 2) Diadema que surgiu em 1994 e tem apenas 2 assistentes sociais; 3) Limeira que surgiu em 1997 e tem 39 assistentes sociais. Essa proporção tem se alterado ao longo dos anos com as mudanças de gestão nas prefeituras, nas secretarias de educação e da própria condução da política na esfera municipal, criando uma inconstância em relação ao número de profissionais, assim como em relação ao foco de suas atuações. Comparativamente com os dados levantados na pesquisa de 2007 (MARTINS, 2012) diminuiu o quantitativo total de assistentes sociais na área da educação. Isso se deve ao fato de que muitos assistentes sociais que atuavam na área da educação foram transferidos para política de assistência so-



cial. Contudo, em contrapartida outros municípios implantaram o Serviço Social na educação.

As requisições estão voltadas para a garantia do acesso e da permanência dos estudantes nas escolas, evidenciando um campo de atuação entorno do complexo e tenso processo que envolve o controle e acompanhamento da frequência e da evasão escolar, requerendo estratégias de atuação junto aos demais profissionais da escola assim como junto à família, além das instituições que compõem o sistema de garantia de direitos. Historicamente os/as assistentes sociais atuam nas políticas sociais estabelecendo relação com as famílias, porém na trajetória do Serviço Social na educação ela vem assumindo outra perspectiva. No início de algumas dessas experiências - quando se referiam a essa inserção com a denominação de “Serviço Social Escolar” - essa aproximação era orientada por certa responsabilização institucional da família, do estudante do próprio professor pelo fracasso escolar. Observamos, no entanto, que o amadurecimento profissional e maior investimento na compreensão da política educacional possibilitou que essa relação caminhasse noutra direção, reconhecendo a família como um sujeito político que deve atuar na construção do projeto político-pedagógico e ter seus direitos assegurados, não só os relativos à educação.

Em relação aos demais focos da atuação profissional, aqueles são destacados no próprio documento elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” (2012), no que diz respeito à gestão democrática na educação escolarizada, identificou-se, nos municípios pesquisados, um grande envolvimento de assistentes sociais junto aos conselhos municipais de direitos. Deste modo a gestão democrática não se relacionava apenas aos processos vivenciados no interior das escolas, reconhecendo o campo da gestão em sentido mais amplo, no qual a atuação profissional se dava a partir da socialização de dados estatísticos sobre a realidade educacional, como a partir do posicionamento de referências teóricas e políticas levadas para os conselhos municipais articulando o direito à educação com a dinâmica das políticas de atendimento à criança e ao adolescente. Outro foco de atuação identificado é o que está voltado para a garantia da qualidade da educação, mas que demanda pensar primeiro “o que é qualidade?”. Não se trata de pensar a qualidade na educação no sentido mercadológico, mas



sim como uma qualidade substantiva, que demanda condições objetivas para a realização da educação escolarizada como direito subjetivo e social, envolvendo: infraestrutura, formação dos professores inicial e continuada, enfim, condições para que de fato assegurem uma educação voltada para uma formação crítica, favorecendo a produção, de modo autônomo, de uma visão de mundo própria. Também vale destacar a importância que tem sido a delimitação de referências no trabalho do/a assistente social na educação da dimensão pedagógica e política de sua atuação. O trabalho do/a assistente social com toda a comunidade escolar, com as famílias, com os próprios estudantes e com outros profissionais da educação sobre questões que são necessárias e urgentes frente aos traços que atravessam a própria cultura brasileira, extremamente conservadora e autoritária em relação a família, como em relação a questão de gênero, de raça e etnia. São questões estruturais que atravessam a sociedade e se expressam no cotidiano da escola, exigindo que o/a assistente social atue a partir da mobilização de sua dimensão pedagógica, produzindo reflexões e realizando debates que com certeza têm impactado no trabalho dos professores, junto aos alunos e aos gestores.

Outra questão também que chama a atenção nesses municípios é a tendência de atuação do/a assistente social junto às demais políticas sociais, realizando ações e articulações intersetoriais com a saúde e com a assistência social. Esta tem sido uma requisição muito presente no cotidiano profissional e efetivada através da realização de programas e/ou projetos de saúde na escola, programas de acompanhamento de medidas socioeducativas, assim como junto ao conselho tutelar, uma relação que a escola precisa manter, mas que é extremamente complexa e tensa. Também é importante destacar que há uma queixa generalizada, por parte dos/as assistentes sociais, em relação às dificuldades de elaborar projeto de intervenção profissional, realizar o planejamento do seu trabalho, como ampliar o leque de suas ações justamente pelas condições objetivas de realização do seu trabalho. A ausência de uma proporcionalidade adequada entre o número de profissionais e o número de unidades que precisam acompanhar é um dos principais determinantes dessas dificuldades, segundo os depoimentos obtidos. Por exemplo, em Diadema tem 2 assistentes sociais e 60 unidades educacionais, em Presidente Prudente tem 5 assistentes so-



ciais e 65 unidades educacionais, em Limeira tem 39 assistentes sociais e 82 unidades educacionais. Evidentemente, esses traços não são exclusivos da realidade dos municípios do Estado de São Paulo, posto que se apresentam em maior ou menor escala nas experiências dos demais estados, conforme verificou-se nas demais pesquisas.

FOI UM RIO QUE PASSOU EM MINHA VIDA.

A primeira ação realizada no campo do Serviço Social na área de educação na UERJ se deu no ano de 1995 com a criação do Projeto de Extensão Educação Pública e Serviço Social (PEEPSS-UERJ) que durou quase 20 anos. A partir dele foram realizadas uma série de aproximações com assistentes sociais que atuavam na área de educação, a princípio na região metropolitana do Rio de Janeiro, depois se estendendo para o estado, em seguida para região sudeste, até estabelecermos uma interlocução mais sistemática e fecunda com assistentes sociais de outros estados do país, sobretudo a partir da vinculação desse esforço com o GEPESSE. Nesse percurso é importante frisar que, diferentemente da experiência de São Paulo, no Rio de Janeiro priorizamos o desenvolvimento de atividades extensionistas, ainda que organicamente articuladas com práticas investigativas, mas não se deu a partir de projetos de pesquisa de mestrado ou doutorado do coordenador.

Já nos primeiros anos de existência a equipe do projeto, constituída majoritariamente por alunas extensionistas, participou do II Congresso Nacional de Educação que, após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, se lançava na discussão do Plano Nacional de Educação no ano de 1997 em Belo Horizonte. A equipe do projeto também esteve presente no 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) realizado em Salvador em 1995, com apresentação de uns dos primeiros trabalhos sobre o Serviço Social na educação, quando não existia ainda um Grupo de Trabalho sobre o tema. Em 1998, no 9º CBAS, realizado em Goiânia, a equipe de alunas extensionistas também participou, mesmo não tendo ainda um GT que abordasse exclusivamente a temática da educação, o que veio a ocorrer somente em 2001 no CBAS realizado no Rio de Janeiro. A equipe do projeto acompanhou todo o debate promovido pelo



CFESS, desde o início dos anos 2000, com relação à proposição de uma lei que regulamentasse o trabalho dos assistentes sociais na área da educação.

Ao final daquela década tivemos uma importante aproximação ao campo da educação potencializada pela criação dos institutos federais. Acompanhamos, deste modo, vários dos encontros realizados por assistentes sociais que atuavam nesses institutos, o que nos permitiu identificar um potencial muito significativo de reflexões e amadurecimento de algumas questões relacionadas ao trabalho de assistentes sociais na política de educação, o que tem se dado até os dias de hoje com uma das frentes de atuação, não mais daquele projeto que já se extinguiu em 2014, mas do próprio GEPESSE.

A criação e inscrição do GEPESSE no Diretório Grupo de Pesquisa do CNPq, em 2010, se deu em um contexto de grande vigor do debate sobre o Serviço Social na educação, culminando, no ano de 2012 em Maceió/Alagoas, com a realização do I Seminário Nacional de Serviço Social na Educação, promovido pelo CFESS, assim como na produção e socialização do documento “Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, sendo que ambos contaram com a colaboração direta de integrantes do nosso grupo de pesquisa. Vale ressaltar que no próprio documento dos subsídios tem ao final uma proposição de minuta para que os municípios pudessem atuar para a regulamentação da inserção dos assistentes sociais na política de educação. A partir de 2010, a principal requisição por parte dos/as assistentes sociais se deu no sentido de acompanhamento do processo de expansão dos institutos federais, o que ocorreu a partir de duas estratégias centrais: a realização de encontros organizados por esse grupo de assistentes sociais e a oferta pela equipe da UERJ de cursos de extensão.

Foi a partir do GEPESSE que teve início a realização dos fóruns e, após sua consolidação, a realização de encontros de caráter nacional até a construção do primeiro seminário internacional em 2017. A partir da extinção do PEEPSS-UERJ a equipe do Rio de Janeiro, adensada com a presença de muitos assistentes sociais que atuavam na própria política de educação, assim como pelos primeiros alunos da pós-graduação (mestrandos e doutorandos), passou a atuar mais no suporte aos eventos e no apoio às atividades de produção de conhecimento, período que vai de 2014 a 2017, no



qual se consolidou o formato atual de eventos e debates do GEPESSE, com consolidação dos grupos do Rio de Janeiro e de São Paulo. Tendência que se mantém atualmente e com maior amplitude em função da incorporação da professora Adriana Férriz da UFBA, tendo em vista que passamos também a contar como o acompanhando de experiências tanto da Bahia quanto da Paraíba.

Em 2018/9tem-se um marco bastante significativo nesse percurso, que foi a realização das pesquisas de pós-doutorado no Rio de Janeiro na UERJ, tanto da professora Eliana Bolorino quanto da professora Adriana Férriz. Essas pesquisas foram realizadas a partir de uma metodologia centrada na sistematização da experiência dos profissionais, consolidando uma estratégia da produção do conhecimento que particulariza o nosso grupo de pesquisa. A produção de conhecimento é compartilhada e coletiva, assentada em atividades de assessoria e cursos de extensão que incentivam e estimulam os próprios profissionais a refletirem sobre sua experiência e a socializarem essas reflexões. Desde então as nossas atividades de pesquisa estão associadas a esse movimento também de natureza extensionista. Importante destacar que isso não nos exime de produzirmos reflexões mais autorais, vinculadas aos nossos campos de interesses temático, como a discussão do trabalho, a dimensão pedagógica, as particularidades do trabalho do/a assistente social, a política de educação e a temática da intersetorialidade.

A inserção de assistentes sociais na área da educação no Estado do Rio de Janeiro já data desde o final da década de 30, Maria Isolina Pinheiro (1985) resgata documentos históricos que situam a atuação de assistentes sociais, sobretudo a partir do instrumento que era denominado de “inquérito escolar”, mas que não os vinculavam diretamente à política de educação, mas a partir de requisições apresentadas pelo Juízo de Menores. Essa atuação foi se consolidando aos poucos com a expansão da atuação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), a partir do conveniamento com as creches em vários municípios fluminenses. Porém, a inserção de assistentes sociais na política de educação no âmbito do estado se deu a partir de experiências pontuais, sobretudo do município do Rio de Janeiro ao longo dos anos 60, a partir de convênios internacionais firmados que asseguravam a atuação de assistentes sociais junto a setores pedagógicos da Secretaria Municipal



de Educação. Ao longo dos anos 70 esse quadro mantém-se com alguma regularidade com a lotação de alguns profissionais no Programa de Saúde Escolar, mas se dissolveu no início da década seguinte com a migração dos assistentes sociais para outras áreas de atuação que ganham mais visibilidade, sobretudo no campo da política de saúde.

Parte do investimento de pesquisa realizado pela equipe da UERJ está voltado para recuperar essas experiências, se dirigem para o resgate dessa trajetória histórica. Um trabalho que teve início em meados desse ano na busca de um acervo documental que se encontra institucionalmente espalhado em várias instituições e que temos tido limitações, pelo contexto do isolamento social que nos encontramos, de reunir esse material histórico, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro. Estamos resgatando toda uma documentação também elaborada dentro dos cursos de graduação através dos trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado, sobretudo uma produção que se evidencia a partir dos anos 80.

Alguns marcos importantes desse percurso encontram-se registrados, particularmente as experiências iniciadas a partir de 1992 em Quissamã e na cidade de Campos dos Goytacazes em 1997, ambas no norte fluminense; em Niterói em 2003 e na cidade do Rio de Janeiro em 2007. São as experiências que há mais tempo caracterizam a inserção de assistentes sociais na política de educação no estado. Construídas a partir da atuação de assistentes sociais considerados quadros históricos desse campo de atuação e tiveram uma significativa contribuição para o reconhecimento profissional nessa política.

O Estado do Rio de Janeiro tem 92 municípios divididos em 8 mesorregiões, sendo que a concentração de assistentes sociais e de experiências consolidadas se dá, sobretudo em 3 delas. Existem cerca de 10 municípios nas regiões norte e noroeste fluminense que tem assistentes sociais na área da educação e 2 na região metropolitana do Rio de Janeiro. A consolidação desse quadro de profissionais dos municípios fluminenses não obedecem a nenhum dispositivo orientador comum, seja do ponto de vista legal ou mesmo em função de uma determinada cultura no campo da gestão educacional, em relação reconhecimento do trabalho dos assistentes sociais no ensino fundamental e nem extensivamente na educação básica. Historicamente o que se verifica é que a atuação no campo infantil e da edu-



cação especial tem sido elemento justificador para inserção de assistentes sociais na rede pública de educação. Essa espécie de porta de entrada acabou se consolidando por razões que tem a ver com a própria trajetória da política de educação infantil e da educação especial.

AMPLIANDO OS HORIZONTES: A EXPERIÊNCIA “PARAIBAIANA”

Em 2017, durante a realização do I Seminário Internacional de Serviço Social na Educação ocorreu a incorporação da Professora Adriana Ferriz¹ ao GEPESSE. Tratava-se de uma aproximação que se deu a partir do desenvolvimento de sua pesquisa de pós-doutorado sobre a ‘inserção de assistentes sociais na educação nos estados da Bahia e da Paraíba’, mas que também consolidava uma trajetória de atuação profissional como assistente social de escolas municipais na cidade de Campina Grande entre os anos de 2007 e 2013. Nesse último ano ela se tornou professora da UFBA. Esta nova inserção profissional possibilitou o processo de aproximação aos profissionais que atuavam na política de educação no Estado da Bahia para contribuir com discussões sobre o trabalho nesta política setorial.

As primeiras aproximações evidenciaram um choque de realidade em razão de que na Paraíba os/as assistentes sociais já atuavam nas suas duas principais cidades, Campina Grande e João Pessoa, com um quantitativo que cobria a maioria das escolas públicas, enquanto em Salvador não havia nenhuma inserção de assistentes sociais nas escolas públicas. A partir de área de educação na cidade de Salvador, ainda que não em escolas públicas. Essa investigação iniciada em 2014 foi ampliada para o estado da Bahia em 2017. A elaboração do projeto de pesquisa se deteve inicialmente naquele estado, contudo durante a realização de um fórum e de um seminário em 2017 na UFBA, que contou com a participação de uma assistente social que apresentou a experiência de João Pessoa. O campo de interesse de investigação foi ampliado para cobrir também o Estado da Paraíba na forma de projeto de pesquisa de pós-doutorado.

1 Natural do Estado da Paraíba, a professora reside e trabalha atualmente na Bahia, os fortes vínculos afetivos e profissionais auxiliaram-na a forjar o termo “paraibaiana” utilizado no título desta parte do texto para destacar a ampliação das experiências pesquisadas no GEPESSE para esses estados do nordeste brasileiro.



Apesar da gritante diferença em relação a inserção dos/as assistentes sociais, a intenção da pesquisa era a de analisar as configurações do trabalho dos assistentes sociais nesses dois estados, ou seja, identificar como se organizava o trabalho profissional considerando as particularidades locais, respondendo a indagações acerca das principais demandas apresentadas aos assistentes sociais assim como em relação aos principais espaços sócio ocupacionais. Mas com foco no trabalho dos assistentes sociais na educação básica.

A Bahia é um estado com uma grande extensão territorial. Dentre os 417 municípios que compõem o estado identificou-se ao longo da pesquisa assistentes sociais atuando em 25 municípios, com destaque para Salvador e São Francisco do Conde, que concentravam o maior número de assistentes sociais. Na educação profissional e tecnológica a Bahia tinha dois Institutos Federais com 42 profissionais na ocasião da pesquisa. Já na educação superior contabilizou-se 10 universidades públicas (contando os diferentes campi), nas quais estavam lotados/as 48 assistentes sociais. E, na educação básica, foram mapeados 72 assistentes sociais, sendo que 23 atuavam na rede privada e 49 nas escolas militares, que pode ser considerada dentro da categoria de “escolas públicas”. A adesão em relação ao levantamento realizado foi pequena, refletindo ao mesmo tempo o baixo número de profissionais como também a dificuldade de acesso aos profissionais em um estado tão extenso e diversificado territorialmente.

Algumas tendências observadas na inserção de assistentes sociais na educação no estado da Bahia estão relacionadas a esse perfil encontrado. Os profissionais atuam sobretudo com atividades que assegurem a permanência dos alunos, tanto nas escolas públicas quanto nas escolas privadas. Há uma diversidade de espaços sócio-ocupacionais na educação básica: assistentes sociais que atuam na educação infantil, na educação fundamental, em escolas comunitárias, em escolas privadas, em escolas confessionais e em secretarias de educação. Neste último caso verifica-se que se trata de uma tendência muito forte, ou seja, a presença de assistentes sociais em instâncias das secretarias municipais de educação ao invés de lotados nas escolas.

Em Salvador o que se observa é a concentração desses profissionais em escolas confessionais, fortemente justificativa em razão do perfil filantrópico, requisitando-se dos/as assistentes sociais a realização de avaliação



socioeconômica para a concessão de bolsas. Ficou evidente uma limitada presença de profissionais em escolas públicas, contudo quando aparecia ela se dava com foco específico nas ações de inclusão social de crianças com deficiência. O mapeamento realizado não se deteve de forma minuciosa sobre as legislações e sobre os concursos realizados, visto que se trata de um universo muito limitado os municípios que realizaram concurso público para assistente social.

Os profissionais relatavam que tinham muitas dificuldades no exercício das atividades com autonomia, sinalizando o quanto era difícil de “se impor” junto às secretarias por conta das fragilidades dos vínculos, posto que a grande maioria tinha contrato com vínculos frágeis de trabalho. Além dessas condições desfavoráveis enunciavam uma demanda de trabalho muito pulverizada, porque chegavam na secretaria a partir de demandas oriundas de várias escolas.

Já na Paraíba a pesquisa se concentrou em duas cidades: Campina Grande e João Pessoa, muito embora, no início da investigação, a presença de assistentes sociais em outros municípios fosse conhecida. A pesquisa acabou focalizada em João Pessoa e Campina Grande por conta dos vínculos já estabelecidos com os profissionais dessas cidades e do domínio da história dessas experiências.

A inserção dos/as profissionais em Campina Grande data da década de 1980, enquanto João Pessoa realizou seu primeiro concurso na década de 1990. Em Campina Grande um grupo de 25 assistentes sociais foram remanejados da secretaria de assistência para a secretaria de educação para dar início a esse trabalho e, posteriormente, houve um concurso próprio para secretaria de educação. Em relação ao município de João Pessoa, no momento da pesquisa, identificou-se a presença de 98 escolas municipais, nas quais atuavam 94 assistentes sociais efetivos e 20 assistentes sociais contratados como prestadores de serviço. O município de Campina Grande já contou com um número mais elevado de assistentes sociais. Em 2013 totalizava 55 profissionais que dispunham de condições de organização e reunião com certa regularidade. Porém, em 2018, havia apenas 24 assistentes sociais nas escolas públicas de Campina Grande.

Essas oscilações revelam um traço comum à conformação dos quadros profissionais de assistentes sociais na região nordeste (FÉRRIZ e BARBO-



SA, 2019) que é o da não realização de concursos que reponham as vagas abertas pelos profissionais que se aposentam, além de um processo de remanejamento no sentido inverso do que aconteceu na década de 1980, ou seja, de profissionais que eram do quadro da secretaria de educação que migraram para outras secretarias.

Ainda em relação aos profissionais assistentes sociais da Paraíba que atuam na política de educação encontrou-se a seguinte situação: 23 na educação profissional, na educação superior 29 e, na educação básica, o total de 162 assistentes sociais. Comparando-se o quadro da Bahia com o quadro da Paraíba a diferença é gritante, sobretudo em função de que a pesquisa foi realizada na Paraíba somente com 2 municípios, enquanto na Bahia com 25.

O trabalho realizado majoritariamente na esfera pública tem como foco central a questão da frequência escolar, ou seja, está voltado para assegurar a permanência do aluno. Assim a atuação dos/as assistentes sociais com os processos de controle e acompanhamento da frequência aparece tanto em Campina Grande quanto em João Pessoa. Enquanto em Salvador prevalecem as requisições em relação às análises socioeconômicas. Evidenciando de forma clara que o conjunto de competências profissionais mais acionadas dependem das condições institucionais nas quais se estruturam os processos de trabalho na política de educação em cada realidade municipal.

APESAR DOS DIFERENTES SOTAQUES A POLÍTICA TEM UMA LINGUAGEM COMUM.

A tendência de descentralização das políticas públicas, em particular da educação, tem evidenciado o quanto é decisiva a ação indutora do governo federal. Seja do ponto de vista da definição do conjunto de investimentos públicos, a partir de não só dos principais fundos nacionais (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB), como também a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que, durante o governo Lula, promoveu uma série de programas governamentais que deveriam contar com a adesão municipal. Ainda hoje muitos dos programas que financiam ações na educação pública se dirigem aos municípios no formato



de programas que precisam contar com a manifesta adesão do poder local. A valorização da educação pública municipal, desde os anos de 1990, vem ganhando destaque. Primeiro em função de se ter alcançado já naquela década uma universalização das matrículas, muito relacionada a adoção de programas governamentais que favorecem uma aproximação das famílias com a educação escolarizada com no caso do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e do Programa Bolsa Família (PBF). Elementos que concorreram para que a educação municipal ganhasse destaque na agenda governamental.

A universalização das matrículas, ainda que tenha se traduzido imediatamente numa universalização do acesso e nem na garantia efetiva da permanência, representou uma significativa alteração nos quadros das desigualdades educacionais. Assim as ações voltadas para garantir o acesso e a permanências e tornaram os dois principais elementos justificadores da contratação de assistentes sociais em boa parte dos municípios pesquisados. Contratação que se deu através da realização de concursos públicos que não foram renovados, repercutindo em quadro técnico que tendencialmente declina ao longo dos anos.

As pesquisas revelam também que as dinâmicas políticas e econômicas locais são fatores determinantes para a construção de projetos e de políticas educacionais na esfera municipal financiados com recursos da própria política, mas que não gozam de consenso sobre sua utilização para o pagamento de profissionais da educação que não exercem as funções típicas do magistério. Outro aspecto identificado para justificar a inserção de assistentes sociais foi a consolidação de práticas, experiências, programas e ações intersetoriais que consolidam uma rede de proteção social do qual a educação faz parte. Ela pode estar vinculada ao acompanhamento das condicionalidades dos programas de transferência de renda, como também decorrem da afirmação da política de assistência social e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como formas de reconhecimento e de se assegurar o direito à educação de segmentos mais “vulneráveis”. Cabe destacar, neste sentido, que o acionamento dessa rede e sua articulação com a escola se tornou um elemento fundamental no enfrentamento das situações de vulnerabilidade e de risco social, que de algum modo são impeditivas do acesso dos alunos à educação escolarizada.



Não obstante, essa preocupação se acentuou a partir das diretrizes de organismos internacionais, em particular da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Banco Mundial. Ainda que com ações distintas na delimitação de suas ações na área de educação, as instituições internacionais desempenharam papel decisivo na adoção por vários municípios da marca gerencialista no campo da política educacional. Em especial no que se refere aos processos mais recentes de transposição da lógica empresarial para a esfera da gestão pública, conforme aponta Christian Laval (2019).

Essa racionalidade assentada em formas de financiamento induzidas pelo governo federal mas que requerem adesão da gestão municipal, programas promovidos por entidades internacionais e a valorização da gestão pública sob parâmetros próprios da esfera empresarial impactou no trabalho dos assistentes sociais de forma a promover não só sua intensificação como a perda de sua autonomia na definição dos focos de atuação, agora direcionados para áreas, públicos e ações prioritárias definidas a partir de diretrizes e financiamentos externos à política de educação. Por essas razões temáticas relativas à violência, projetos como Escola de Paz, a preocupação com a mobilização da família para o acompanhamento dos casos de evasão, o constante acionamento dos conselhos tutelares e o aumento da demanda de trabalho dos assistentes sociais com as chamadas turmas especiais passam a conformar um novo espectro da atuação de assistentes sociais na educação básica.

Vale sublinhar também que no atual contexto da educação pública, sob a marca do gerencialismo, o estabelecimento de metas tantos nos planos municipais, assim como nos planos estaduais e planos nacionais de educação, em particular com a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), impõem ritmos e prazos que ecoam sobre os professores e toda a gama de profissionais da educação.

As questões relativas à permanência dos alunos na educação básica tem exigido a atuação de assistentes sociais não só com a rede de proteção social, mas sobretudo junto à família, mobilizando-a para que os alunos tenham êxito no esforço coletivo de atingimento das metas definidas para que cada escola ou município atinja em relação ao IDEB. As pesquisas revelam ainda como tendência comum, a despeito das realidades regionais, processos con-



tínuos de precarização das condições de trabalho, a redução do número de profissionais que incorporam a supervisão de estágio como componente do trabalho, assim como o baixo desenvolvimento de atividades de capacitação que subsidiem a atuação dos assistentes sociais nesse campo.

Apontam ainda os estudos a realização de atividades sem ancoramento em projetos profissionais. Quando existentes são na maior parte projetos interdisciplinares ou definidos pelas secretarias como forma de atender às exigências de obtenção de recursos externos. E, por último, a ausência de uma instância ou setor de gestão do trabalho dos/as assistentes sociais. Quando ela existe, acaba sendo muito mais de cunho administrativo do que do ponto de vista da gestão técnica do trabalho profissional. A ausência de setores, divisões e coordenações de Serviço Social acaba evidenciando também a vinculação dos/as assistentes sociais a setores com ênfase ou de cunho mais pedagógico, ainda que eles/as desenvolvam atividades dentro das competências e atribuições profissionais.

SISTEMATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA: A SINGULARIDADE DO GEPESSE.

O investimento do GEPESSE tem se dado no sentido de que a produção de conhecimento seja feita a partir de aportes que são compartilhados a partir de acúmulos construídos ao longo dos anos através das atividades de capacitação e assessoria viabilizadas pela extensão universitária, mas com forte vínculo com o campo da pesquisa. Assim como através da troca entre professores, alunos de graduação e pós-graduação e, sobretudo, valorizando a experiência dos/as assistentes sociais. A investigação, portanto, tem sido conduzida de forma a favorecer a produção de conhecimento por parte dos próprios trabalhadores, pela via da sistematização de suas experiências. Reconhecendo o potencial que os saberes profissionais possuem para a construção de uma experiência coletiva e politicamente orientada (RAMOS, 2018).

A sistematização da experiência se tornou um componente central na realização das pesquisas apresentadas. O que determinou uma temporalidade completamente diferente ao andamento de atividades de investigação, porque o tempo da produção do conhecimento já não é o tempo, vamos dizer assim, dos nossos projetos. Já não é só o tempo desejado pelas



agências de fomento, pois passa a ser o tempo da realidade: o tempo determinado pelas condições de trabalho e das condições de envolvimento dessas equipes. Por essa razão a produção de um artigo, de um texto, de um projeto por uma dessas equipes pode levar até dois anos. E esse tempo é respeitado. Tanto que o GEPESSE se encontra agora numa fase de socialização de reflexões que já tem uma trajetória de elaboração, de maturação que envolve as vezes dois, três, quatro anos.

A reflexão teórica sobre o próprio trabalho se tornou o mote das práticas investigativas do GEPESSE sem que se confundam as atribuições, competências, vínculos e percursos dos professores com os dos profissionais e alunos. Tem sido muito importante essa construção no sentido da desmistificação do processo de produção de conhecimento para aqueles que estão diretamente envolvidos com o processo de execução das políticas públicas. Esta é uma marca afirmada, sobretudo, a partir de 2017 e que se constituiu no fio condutor das atividades de pesquisa realizadas no Rio de Janeiro, em São Paulo, na Bahia e na Paraíba.

A sistematização enquanto forma de reflexão sobre e a partir do trabalho com vistas a sua socialização e realimentação da própria intervenção (ALMEIDA, 2006) ocupa um lugar de destaque nos cursos de extensão e atividades de assessoria que apoiam a investigação do trabalho de assistentes na política de educação como uma construção compartilhada, coletiva e respeitosa em relação aos percursos e experiências daqueles que as desenvolvem a partir de lugares diferentes. Ao longo dos últimos anos, o GEPESSE procurou não se afastar dos estudos, das reflexões sobre a particularidade dos assistentes sociais na educação profissional e tecnológica, que foi de fato o segmento que mais produziu conhecimento à partir do interesse e investimento dos/as próprios/as assistentes sociais na área da educação. Mas elegeru recentemente como foco a educação básica, tentando reconhecer as tendências que determinaram a composição dessas equipes na esfera municipal, reconhecendo a ausência de uma base legal regulamentadora dessa inserção como as que existem no campo da educação superior e da própria educação profissional e tecnológica. Esse interesse do GEPESSE na educação básica, particularmente na esfera municipal, tem hoje um desdobramento muito importante que é essa capilaridade em diferentes regiões do país e que tende a se ampliar.



Hoje o grande desafio colocado para o grupo se refere às estratégias de implantação da Lei 13.935 de 11 de dezembro de 2019 que “Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica”. Implantação que coloca no horizonte de nossas preocupações a retomada, ainda que sob essa perspectiva da mediação tecnológica em tempos de pandemia, das atividades de extensão, através de assessorias, supervisões, eventos e cursos, para subsidiarmos a produção de conhecimento por parte dos trabalhadores da área de educação. Aqueles cujo conhecimento nessa área é fundamental para que se forjem diferentes formas de diálogo na esfera municipal, tanto com o poder legislativo, como com o executivo, o Ministério Público e os Fóruns de Secretários Municipais de Educação, sobre o significa a presença dos/as assistentes sociais nessa política pública.

O conhecimento das experiências profissionais tem grande relevância estratégica para contrapor argumentos errôneos em relação aos riscos de sobreposição e conflitos de campos disciplinares no cotidiano escolar. Para que se evite tendências reducionistas do trabalho profissional às etapas, processos e manuseio técnico-instrumental no âmbito das ações voltadas para assegurar o acesso e a permanência na educação escolarizada. Assim como para que se produzam esclarecimentos sobre a dimensão política e pedagógica do trabalho profissional nesse contexto marcadamente atravessado por ideologias conservadoras e fascistas, mas que expressam marcas da nossa trajetória histórica, não só da educação e da cultura, mas também da dinâmica de classes no Brasil. Como o ódio das classes dominantes em relação aos subalternizados, componente estrutural que se expressa nas práticas e discursos racistas, sexistas como na exacerbação do “papel da família” com forte componente moral. Isso acaba constituindo um campo de disputa no qual os/as assistentes sociais precisam atuar de forma muito clara, precisa e muito contundente a partir da defesa dos princípios que norteiam nosso Código de Ética e os valores humanos emancipatórios.

Ao examinarmos o conjunto de aquisições que são postas para os assistentes sociais, desde os anos 2000 até o que vem sendo desenhado hoje, não podemos deixar de reconhecer que temos sido requisitados para o desenvolvimento de ações, no campo moral, de controle sobre as famí-



lias pobres. E na política educacional isso significa atuar na direção da internalização de componentes meritocráticos, individualistas e sobretudo que não valorize o conjunto de conquistas no campo de direitos sociais, da emancipação política e das conquistas dos movimentos sociais em diversas áreas. Esse é o desafio que nós temos pela frente. E a contribuição do GEPESSE é a de fortalecer as suas estratégias de investigação e capacitação, subsidiando os/as profissionais que atuam na política de educação. Como também prosseguindo em sua trajetória de aproximação e diálogo com os demais trabalhadores, gestores, intelectuais e movimentos sociais do campo de educação, particularmente nesse momento, com aqueles que atuam na esfera municipal, visando o reconhecimento do trabalho dos/as assistentes sociais que há anos atuam nessa política pública.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ney L. T. “Retomando a temática da “sistematização daprática” em Serviço Social. In: BRAVO, M. I et alli (orgs). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. pp. 399-408.
- FÉRRIZ, Adriana F. P. e BARBOSA, Mayra de Q. “O trabalho do/a assistente social na educação no nordeste”. In: FÉRRIZ, Adriana Freire P. e BARBOSA, Mayra de Queiroz (orgs.). **Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação**. Salvador: EDUFBA, 2019. pp. 33-51.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MARTINS, Eliana B. C. **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania**. Franca/SP: Editora da Unesp, 2012.
- PINHEIRO, Maria Isolina. **Serviço Social: infância e juventude desvalidas**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Centro de Produção da UERJ, 1985. (Série Serviço Social: Documento Histórico).
- RAMOS, Marise. “A experiência no pragmatismo e na filosofia da práxis: uma reflexão para o estudo dos saberes profissionais”. In: MAGALHÃES, Livia Diana R. e TIRIBA, Lia (orgs.). **Experiência: o termo ausente?** Sobre história, memória e educação. Uberlândia/MG: Navegando, 2018. pp. 143-156.



O contexto da pandemia evidenciou as cronificadas desigualdades sociais que constituem nossa sociabilidade e que se expressam nos mais diferentes espaços e relações, entre eles na educação escolarizada. Assim, reafirmar a Educação enquanto um direito humano e social se faz urgente e necessário, buscando construir e articular estratégias de enfrentamento das práticas excludentes e discriminatórias que ocorrem no interior das instituições escolares e estão, em sua maioria, apoiadas na ideologia da meritocracia que alicerçada na teoria do capital humano fetichiza as relações educativas, e coaduna com a crescente mercantilização da Educação, seja em âmbito privado ou público.

Assim, ampliar o debate sobre a permanência estudantil, propiciando sua compreensão para além das necessidades objetivas dos/as estudantes e garantindo a intersecção entre as categorias classe, raça e gênero reafirma o compromisso do Serviço Social pela defesa de uma educação pública, laica, gratuita e socialmente referenciada.

Parabenizo e destaco a importância do GEPESSE na ampliação e fortalecimento dos debates sobre o Serviço Social e Educação, que ao longo de uma década de existência tem produzido, socializado e fomentado as discussões sobre essas temáticas e tem na publicação deste E-book, a reafirmação do seu lugar de referência no campo do Serviço Social e Educação, seja pela sua relevância e protagonismo, assim como pelo seu papel de difusor de conhecimento.

Na certeza que os debates apresentados contribuirão para profícuas reflexões desejo uma ótima leitura a todos/as!!

Maria Borges

Doutora em Serviço Social

Assistente Social do IFSP/Câmpus São Paulo

